



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

DECRETO Nº 2261, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

“DISPÕE, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DIRETA E INDIRETA, ACERCA DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E DE ENFRENTAMENTO E CONTINGENCIAMENTO DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA COVID-19, CAUSADA PELO VIRUS SARS-CoV-2, NO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispôs sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, regulamenta a Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2256, de 17 de março de 2020, declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG em razão de surto de doenças respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2259, de 19 de março de 2020, estabeleceu as medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, em razão da doença infecciosa viral respiratória COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV2;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2260, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas complementares de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, em razão da doença infecciosa viral respiratória COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe acerca das medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, em razão da doença infecciosa viral respiratória COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, no âmbito da Administração Pública, Direta e Indireta, no Município de Monte Carmelo/MG.

Art. 2º Fica resguardado o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais.

§1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, determinados no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020.

§2º Na execução dos serviços públicos e das atividades essenciais de que trata este artigo deverão ser adotadas todas as cautelas para redução da transmissibilidade da COVID-19.

Art. 3º Para fins de funcionamento dos serviços públicos, compete ao titular e dirigente dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal a adoção de regime de teletrabalho, de escala de revezamento e de regimes de abono e compensação de jornadas de trabalho das unidades administrativas, conforme necessidade do serviço.

§1º Considera-se teletrabalho o regime de trabalho em que o servidor executa parte ou totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas das unidades do respectivo órgão ou entidade de lotação, por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação.

§2º Para adesão ao regime especial de teletrabalho, para fins deste Decreto, o servidor deve ter à disposição estrutura física e tecnológica compatível com suas atividades.

§3º O servidor que não atender aos requisitos do §2º deste artigo, deverá cumprir a jornada presencialmente, conforme opções previstas nos arts. 4º e 5º deste Decreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 4º Caso a natureza da atividade impossibilite o teletrabalho, poderão ser adotadas outras medidas que permitam assegurar a prestação dos serviços que não poderão ser descontinuados, mediante cumprimento presencial da jornada, tais como:

- I. Definição da quantidade mínima de servidores que cumprirão a jornada de trabalho presencialmente;
- II. Restrição de horário de atendimento ao público;
- III. Revezamento entre os servidores públicos da equipe;
- IV. Concessão, mediante gozo de folgas compensativas, licença prêmio ou férias regulamentares, conforme art. 5º.

Art. 5º Nas unidades administrativas em que for constatada a necessidade de restrição à circulação e à aglomeração de pessoas, bem como nos casos em que não houver possibilidade ou autorização para realização do teletrabalho, será autorizado o afastamento do servidor, mediante a utilização de saldos de folgas, períodos de licença prêmio e férias regulamentares, observando a seguinte ordem de prioridade:

- I. Utilização das folgas compensativas a que o servidor tiver direito, adquiridas até a data de publicação deste Decreto;
- II. Antecipação do gozo de férias regulamentares, agendadas para o ano de 2020;
- III. Gozo de licença prêmio adquiridas.

Art. 6º Terá prioridade para a realização de teletrabalho, nos termos do art. 3º, ou para o gozo de folga compensativa, férias regulamentares ou licença prêmio, conforme o disposto no art. 5º, o servidor que:

- I. Possuir idade igual ou superior a 60 (sessenta anos) e/ou portar doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos, devidamente comprovada por atestado médico;
- II. For gestante ou lactante.

Art. 7º Fica mantida as férias regulamentares e licença prêmio dos servidores com gozo no mês de abril/2020.

Parágrafo único Ficam suspensos o gozo de férias regulamentares e licença prêmio pelos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no art. 5º do Decreto 2259, de 19 de março de 2020, ressalvados os servidores que enquadram-se no disposto no art. 6º deste Decreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 8º O expediente nas repartições públicas para atendimento ao público será das 13h30min às 16h, de segunda a sexta-feira, devendo, cada chefe de repartição orientar os servidores para evitar a aglomeração de pessoas, bem como tomar providências para garantir a higienização constante do local.

Art. 9º Estende-se a aplicação deste Decreto aos contratos temporários, na forma da legislação específica.

Art. 10 As medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento da doença infecciosa viral respiratória COVID-19, perdurará até a revogação do estado de emergência em saúde pública no âmbito Municipal.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 23 de março de 2020.


SAULO FALEIROS CARDOSO

Prefeito Municipal


IOLANDA GOMES SUNAHARA

Procuradora Geral do Município